

# **Pedágio em estrada de terra ganha o título de “mais injusto do Brasil”, e motoristas pagam para andar na lama**

**Foto: Reprodução** | A situação em uma rodovia goiana gera debate sobre a cobrança de pedágio em trecho sem asfalto, após vídeo de caminhoneiro viralizar e expor motoristas pagando para trafegar em estrada de terra na divisa entre Goiás e Mato Grosso.

Um vídeo que circulou nas redes sociais reacendeu o debate sobre a cobrança de pedágio em trechos sem pavimentação.

Na GO-454, que liga Mozarlândia (GO) a Cocalinho (MT), motoristas relatam pagar pedágio para trafegar em estrada de terra.

A praça está instalada na ponte sobre o Rio Araguaia e cobra R\$ 10 de automóveis, R\$ 5 de motos e R\$ 10 por eixo de caminhões.

A situação passou a ser chamada por usuários de “pedágio mais injusto do Brasil”, expressão que ganhou força nas redes sociais.

## **Localização e valores do pedágio**

O ponto de cobrança fica na divisa entre Goiás e Mato Grosso, na estrutura que substituiu a antiga travessia por balsa.

Quem dirige automóvel paga R\$ 10; motociclistas, R\$ 5.

No transporte de cargas, o valor é calculado por eixo, o que

eleva o custo para veículos maiores.

Em um vídeo que viralizou, um caminhoneiro afirma: "Vou pagar R\$ 70", ao mostrar um trecho de terra batida com buracos e lama.

De acordo com a legislação estadual, a malha viária de Goiás é, em regra, de uso público e gratuito, mas a cobrança na ponte foi autorizada no contrato de concessão que permitiu a construção da estrutura.

Usuários afirmam que, fora da ponte, parte do trajeto permanece sem asfalto, o que, segundo eles, contraria a expectativa de manutenção e conservação da via.

## **O que diz o governo de Goiás**

A Goinfra (Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes) informou que a praça de pedágio está vinculada à ponte que liga Goiás ao Mato Grosso e foi autorizada em 2004, durante o governo de Marconi Perillo (PSDB).

Segundo o órgão, as rodovias estaduais goianas são de uso gratuito, exceto nos casos de obras executadas por meio de concessão ou permissão especial, como no caso da ponte.

A cobrança teve início em 2017, após a conclusão da obra pela concessionária.

Desde então, motoristas que utilizam a rota afirmam que o acesso até a ponte continua sem pavimentação em parte do trecho, o que causa dificuldades principalmente em períodos de chuva.

## **Como começou a cobrança do pedágio**

A ponte sobre o Rio Araguaia foi construída com recursos da iniciativa privada, em parceria com o governo estadual.

Em nota enviada ao portal **Semana7**, a assessoria do ex-

governador Marconi Perillo encaminhou manifestação assinada pelo ex-presidente da Agetop, Jayme Rincon, na qual informou que a obra “foi construída pela iniciativa privada, mediante acordo firmado com o governo estadual, com autorização para cobrança de uma taxa de utilização por veículos leves e pesados”.

A Goinfra, por outro lado, afirma que, durante a construção da ponte, houve descumprimento de condicionantes ambientais, o que resultou em auto de infração e multa aplicados pelo Ibama.

O episódio levou a questionamentos sobre a execução da obra e a fiscalização ambiental no período.

## **Pavimentação anunciada e trecho ainda sem asfalto**

O governo estadual apresentou, a partir de 2019, um projeto de pavimentação de 53 quilômetros da GO-454.

A obra foi planejada para melhorar o acesso à ponte e facilitar o escoamento da produção agropecuária.

Segundo a Goinfra, ainda restam 12 quilômetros sem asfalto – justamente o trecho de terra mais afetado em períodos chuvosos.

Moradores e caminhoneiros afirmam que, durante as cheias do Araguaia, o tráfego torna-se difícil, com atoleiros e longos períodos de interrupção.

Em vídeos publicados nas redes sociais, é possível ver caminhões atolados e veículos de passeio enfrentando dificuldades de locomoção.

## **Obstáculos técnicos e entraves ambientais**

Em nota, a Goinfra informou que o trecho não foi asfaltado porque apresenta obstáculos técnicos à pavimentação.

Durante parte do ano, a cheia do Rio Araguaia eleva o nível da água e pode interditar a rodovia, o que exige soluções de engenharia específicas.

Segundo o órgão, o projeto precisa considerar medidas de drenagem e proteção contra erosões para evitar danos estruturais futuros.

A agência também reforçou que a obra depende da regularização de pendências ambientais herdadas de gestões anteriores.

Esses ajustes incluem novos estudos técnicos e autorizações de órgãos federais, o que, segundo a instituição, prolonga o cronograma.

## **Previsão de novos projetos de engenharia**

De acordo com a Goinfra, está em elaboração um novo projeto de engenharia para adaptar a rodovia às condições de cheias do Araguaia e garantir durabilidade à pavimentação.

A previsão é concluir a documentação técnica para contratação da obra no primeiro semestre de 2026.

Ainda não há data definida para o início da execução ou entrega do trecho restante.

Enquanto o projeto não avança, a cobrança do pedágio segue em vigor na ponte, que continua sendo o único ponto de travessia oficial entre os dois estados naquela região.

## **Debate sobre a cobrança e percepção dos usuários**

Especialistas em infraestrutura e mobilidade apontam que a situação expõe um descompasso entre o serviço oferecido e a tarifa cobrada.

Embora a cobrança em pontes ou travessias específicas seja

legalmente permitida quando prevista em contrato, a falta de pavimentação nos acessos gera, segundo analistas, percepção negativa entre os usuários.

Para motoristas que dependem da GO-454, o valor do pedágio representa custo adicional em uma estrada ainda precária.

A Goinfra sustenta que a taxa é relativa à utilização da ponte, construída por meio de concessão, e não à rodovia como um todo.

Segundo o órgão, a travessia substituiu a balsa e reduziu o tempo de deslocamento entre os estados, trazendo benefícios logísticos à região.

Motoristas, porém, relatam que a falta de pavimentação nos acessos limita os ganhos e continua afetando o transporte de cargas e passageiros.

## **Situação atual dos motoristas e impacto na região**

Atualmente, quem precisa cruzar a ponte continua sujeito ao pedágio e às condições variáveis da estrada.

Em períodos de seca, o problema é o excesso de poeira; nas chuvas, a lama dificulta a passagem.

Caminhoneiros afirmam que os custos de manutenção dos veículos aumentam, e comerciantes locais relatam impactos no abastecimento.

De acordo com especialistas ouvidos por veículos locais, a conclusão da pavimentação é essencial para que o trecho cumpra seu papel logístico e para reduzir a percepção de desequilíbrio entre o pagamento do pedágio e a qualidade da via.

Com a documentação técnica prevista para 2026, ainda não há

definição sobre quando o trecho de terra da GO-454 será pavimentado. Até lá, a cobrança na ponte deve continuar.

Fonte: Jornal O Popular e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 06/11/2025/15:22:31

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail:[folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com).

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– [\(93\) 98117 7649](#).**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93*

981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](https://wa.me/5593984046835) (Claro)  
-Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-  
mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com) ou e-  
mail: [a deciopiran.blog@gmail.com](mailto:a deciopiran.blog@gmail.com)